



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº

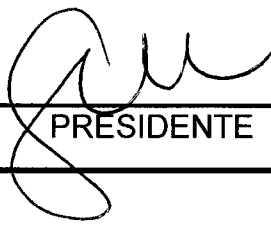
do processo nº 01- 855 de 2019

19 / 12 / 19

(a)

Otavio de Carvalho Martins
Técnico Administrativo
RF. 10.473

03

LIDO HOJE	10 MAR 2020
ÀS COMISSÕES DE:	
Const., Just. e Leg. Municip.	
Administração Pública	
Transp. Transp. Público e Rodovias	
Saúde, Prom. Soc., Trabalho e Mulher	
Finanças e Organização	
 PRESIDENTE	

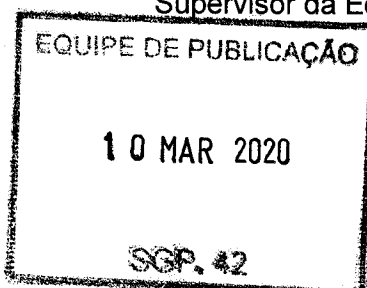
À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

10 MAR 2020

Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22



RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E APOIOSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

Em 15/03/2020 às 14:00 hs
Pela Julia
SAÍDA: 28/05/2020 14 ASS: Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
EXEDIENTE DE DOCUMENTO(S) de
4 - 28/05/2020

PAULO HENRIQUE DA SILVA LOPES
Supervisor da Unidade de
Expediente da Procuradoria
R.F. 11.203



04
 FOLHA
 Proc. nº 01-855/2019
 Paulo Henrique da S. Lopes
 RE: 11.2019.00000000-0

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 855/19

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal,
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.
- Lei Estadual nº 15.661, de 09 de janeiro de 2015, que institui a Lei Lucas, que consiste na adoção obrigatória do programa de Lições de Primeiros Socorros na educação básica da rede escolar pública e privada do Estado, e dá providências correlatas;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.211, de 13 de novembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do "Programa de Proteção da Saúde da Gestante e do Recém-Nascido no Município", e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo na elaboração das Políticas Públicas da Primeira Infância e dá outras providências;
- Decreto Municipal nº 58.514 de 14 de novembro de 2018, que aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 18 de maio de 2020.

Juliana Trindade von T Eberlin
 Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
 OAB/SP 232.414